

Escolheram o serviço e o servidor público como alvos do ajuste

*Antônio Augusto de Queiroz**

No cardápio de soluções para a crise, encontrei três fontes coincidentes no sentido de eleger o serviço público e o servidor como alvos do ajuste: a Agenda Brasil, um artigo de Armínio Fraga com proposta para superar a crise, e as medidas anunciadas pelos ministros Nelson Barbosa e Joaquim Levy. Citarei apenas três exemplos de cada fonte.

Na Agenda Brasil, da lavra do senador Renan Calheiros, propõe-se o retorno do modelo de administração pública gerencial, da era FHC; a reforma da Previdência, com ampliação da idade mínima; e o reajuste planejado dos servidores públicos, leia-se congelamento da despesa com pessoal.

No artigo do ex-presidente do BC na gestão FHC, o economista Armínio Fraga, publicado em O Globo, de 13/09/2015, propõe-se a discussão sobre o tamanho e as prioridades do Estado; o fim da estabilidade do servidor; e a adoção da idade mínima de 65 anos, para homens e mulheres, para efeito de aposentadoria.

No anúncio do pacote dos ministros Levy e Barbosa, propõe-se adiar o reajuste dos servidores, passando de janeiro, como previsto no orçamento para 2016, para agosto; o fim do abono de permanência devido ao servidor com tempo para requerer aposentadoria; a suspensão de concursos públicos, e uma reforma da Previdência, em elaboração em comissão interna do governo, que proporá também

a ampliação da idade mínima, possivelmente nos mesmos moldes propostos por Armínio Fraga.

Os três pontos em comum: reduzir o tamanho e o papel do Estado; limitar ou reduzir despesa com pessoal e promover nova reforma da Previdência, tanto do regime próprio quanto do regime geral são um péssimo sinal do que poderá vir em termos de qualidade de serviços públicos e precarização de relações de trabalho no serviço público.

A suspensão dos concursos públicos e o anúncio do fim do abono significam um mau presságio em relação à paridade. Isso significa que para manter pessoas em condições de requerer aposentadoria em atividade vão criar bônus, indenizações e outras formas de burla à paridade, arrojando ainda mais os aposentados, que já pagam contribuição de forma indevida.

As propostas, como se vê, atingem o serviço e o servidor público e, em quase todas as hipóteses, diretamente. É sempre assim, para honrar compromisso com os rentistas, desmontam o Estado e cortam direitos dos servidores públicos. Foi assim com Collor. Foi assim com FHC e está sendo assim com Dilma. E até mesmo Lula, com a sua reforma da Previdência, foi por esse caminho.

Entretanto, como a implementação de todas as propostas demanda mudança legal - seja no nível de lei ordinária, seja em nível constitucional - resta aos servidores e suas entidades resistirem, protestando junto ao

governo e pressionando o Congresso por sua rejeição.

Muitas entidades já fazem o trabalho parlamentar, mas agora há uma mudança substantiva na relação com o Congresso. Se na última década a briga era por mais e melhores direitos, agora a batalha é para evitar retrocessos, como aconteceu na penúltima década no Brasil.

Se não houver resistência - e significativa - perante o governo nem forte pressão sobre o Congresso, novas medidas serão anunciadas, considerando que os custos são baixos ou difusos. Os governos, de um modo geral, trabalham com a régua do custo-benefício. Se uma medida tiver alto benefício e baixo custo, será priorizada frente a outra com alto custo e baixo benefício.

Por isso, os servidores e suas entidades devem combinar a pressão de rua, como greves e manifestações, com o trabalho institucional, de pressão sobre os poderes, para evitar retrocesso em suas conquistas sociais. A luta pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, por exemplo, assim como a liberação com ônus de dirigentes sindicais, ganham importância neste cenário. No primeiro caso porque obriga o governo a sentar e negociar. No segundo, porque as entidades poderiam contar com líderes sindicais imunes às pressões das chefias com dedicação exclusiva à defesa de sua base.

() Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

“Cabeças” do Congresso 2015
Quem são os deputados e senadores mais influentes nesse início de Legislatura

Páginas 5 a 8

Agenda prioritária
Pautas para superação da crise estão em debate no Congresso Nacional

Páginas 9 a 11

Pauta trabalhista
Agenda Legislativa dos Trabalhadores reúne os principais projetos de interesse dos assalariados

Página 12

Servidor de licença terá que contribuir com recursos próprios para previdência

O governo editou em 31 de agosto a Medida Provisória (MP 689/2015), que prevê o recolhimento mensal com contribuição própria para o plano de seguridade do servidor público que necessitar de licença para assuntos particulares. A MP, que será analisada em Comissão Mista antes de passar pelos plenários da Câmara e do

Senado, recebeu 63 emendas.

A exposição de motivos da MP aponta para a necessidade de manutenção obrigatória da vinculação ao Regime Próprio de Previdência do Servidor da União – RPPS, porém, repassa o ônus para o servidor que se licenciar sem remuneração para usufruto de licenças para tratar de interesses particulares.

LICENÇA CLASSISTA

Dentre as emendas apresentadas, 14 tratam da licença para exercício da atividade classista com a remuneração por conta do órgão. A licença com remuneração é uma reivindicação dos dirigentes sindicais dos servidores públicos que perderam esse benefício em 1997.

OIT: GT vai discutir instrumentos internacionais não ratificados pelo Brasil

Foi criado Grupo de Trabalho Tripartite para analisar as convenções, protocolos e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ainda não foram ratificados pelo Brasil. O GT funcionará no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que publicou no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria N° 1.237, de 10 de setembro de 2015, para a criação do GT.

Composto por representantes do MTE, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), de sindicatos patronais e de trabalhadores, o grupo terá como objetivo a análise e a recomendação do tratamento mais adequado a ser dado aos instrumentos pendentes, além de prestigiar o compromisso assumido pelo Brasil frente à OIT e seus Estados-Membros.

Um levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego identificou 41 instrumentos da OIT que não foram ratificados pelo Brasil, como a Convenção n° 177 e a Recomendação n° 184, referentes ao Trabalho

à domicílio; a Recomendação n° 189, que trata da Criação de empregos nas pequenas e médias empresas, e a Convenção n° 189, referente aos Trabalhadores domésticos.

CONVENÇÕES

Dentre as matérias que não foram ratificadas pelo Brasil, destaque para o Convenção 158 da OIT, que trata do término do contrato de trabalho pelo empregador. Aprovada na 68ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1982), entrou em vigor no plano internacional em 23 de novembro de 1985. O Brasil chegou a adotar o tratado depois de a Convenção ser aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de setembro de 1992 (Decreto Legislativo n° 68), sendo ratificada pelo Governo brasileiro em 4 de janeiro de 1995, para vigorar doze meses depois.

Após sete meses em vigor, o Governo brasileiro denunciou a ratificação da Convenção mediante nota enviada ao

Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho. Com o Decreto n° 2.100, de 20 de dezembro do mesmo ano, o Presidente da República promulgou a denúncia, anunciando que a mencionada Convenção deixaria de vigorar no Brasil a partir de 20 de novembro de 1997.

Outra norma que merece atenção do movimento sindical é a adoção da Convenção 151 da OIT, que trata das mesas de negociação no serviço público, entre outras ações previstas para amparar a atuação sindical no setor. Homologada pelo Brasil em 1978, foi ratificada pelo Congresso Nacional 30 anos depois, em 2008.

No mês de março de 2013, após pressão das entidades representativas dos servidores públicos, a presidente Dilma Rousseff publicou o Decreto n° 7.994/2013, que inicia o processo de regulamentação, porém, ainda não foram enviados ao Congresso Nacional os projetos para que a medida possa ter efeito prático para os servidores públicos.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alice Coutinho, Alysson Alves, André Luis dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de
Sant'Ana, Marcos Verlaine, Neuriberg Dias,
Robson Graça e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3224-5021

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Jacy Afonso (SEEBB-DF)

João Batista da Silveira (SAAE-MG)

Nelson de Miranda Osorio (COBAP)

Clede de Oliveira Vieira (SINDJUS-DF)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente

Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Mário Souto Lacerda (SAEP-DF)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente

Maria das Graças Costa (CUT-Nacional)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos-SP)

Pedro Armengol (CONDSEF-CUT)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos

Moedeiros)

Suplentes

Ricardo Nerbas (SINTEC-SP)

Arthur Emílio O. Caetano (STIU-DF-FNU)

Francisco Pereira da Silva (SINRAD-DF)

APOSENTADORIA

Especialistas defendem mudanças na Medida Provisória da Fórmula 85/95

*Silvia Barbára**

O Diap participou de audiência pública para discutir a chamada Fórmula 85/95. A audiência foi realizada na comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 676, que cria uma alternativa ao Fator Previdenciário. Além do Diap, também foram convidados outras entidades, como o Dieese, Contag, Anfip, Sinait, Anamatra, Cobap, OAB, Ministério Público do Trabalho e IBGE.

Cabe à comissão mista analisar a MP 676 e propor mudanças, se julgar necessário. Só depois, a medida provisória será votada em plenário. O prazo final é 15 de outubro.

Editada em 18/6, a MP 676 foi uma contrapartida do governo ao veto imposto à Fórmula 85/95, que tinha sido aprovada no Congresso em maio. Por meio da medida provisória, o Executivo reintroduziu a equação 85/95, mas com mudanças. A principal delas foi a adoção de uma escala progressiva que amplia os requisitos de idade e tempo de contribuição até que a soma entre eles alcance 90, para a mulher, e 100, para o homem.

E foi exatamente a progressividade o principal alvo das críticas. Muitos dos especialistas mencionaram a falta de projeções que justifiquem a ampliação das exigências para a concessão das aposentadorias. Parte deles chegou a questionar a sua constitucionalidade, baseado no princípio de isonomia entre os diferentes regimes previdenciários. É que a Fórmula 85/95 já existe para os servidores públicos e foi criada por emenda constitucional. Uma lei ordinária não poderia criar regra pior para os trabalhadores da iniciativa privada.

Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação

do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirmou ser mais simples atingir os requisitos de idade e de tempo de contribuição numa situação de pleno emprego. Agora, contudo, a conjuntura mudou e o longo período de crescimento econômico foi interrompido. Para Toninho, se a progressividade tiver que ser adotada, deve ser instituída num período mais amplo. A redação atual propõe atingir os “90/100” em 2022.

Na mesma linha, a diretora do Dieese, Lílian Arruda Marques, apontou três características do mercado de trabalho que dificultam a concessão do benefício se houver uma ampliação acelerada do período contributivo: a alta rotatividade, a informalidade (40% dos trabalhadores não contribuem para a Previdência) e a restrição de oferta de emprego para quem tem mais de 40 anos.

Para o assessor jurídico da Cobap, Guilherme Portanova, a proposta de aumentar os requisitos até 90/100 “prepara o terreno pra mexer nas aposentadorias por idade, ampliando o limite que hoje é de 60 anos para mulher e de 65 anos para o homem”. Isso porque a faixa de 60-65 anos será a idade de quem quiser se aposentar por tempo de contribuição.

DESAPOSENTAÇÃO

Toninho também fez mais duas propostas que podem resolver um outro imbróglio: as centenas de ações movidas por aposentados que continuaram a trabalhar e querem a contrapartida pelo período em que contribuíram a mais. É o que ficou conhecido como “desaposentação”.

Uma das propostas consiste na revisão automática dos benefícios de segurados que, ao se aposentarem, tinham preenchido os requisitos da Fórmula 85/95, quando ela

ainda não existia. Essa ideia também foi defendida pela presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos, presente ao evento.

Para quem não tinha preenchido essas condições ao se aposentar, mas continuou trabalhando, o diretor do Diap sugere a possibilidade de uma revisão, com recálculo do Fator Previdenciário. A contribuição feita depois da aposentadoria seria incorporada ao novo cálculo. A expectativa de vida permaneceria a mesma da época em que o segurado se aposentou.

Essa última proposta foi apresentada pelo ministro Luis Roberto Barroso, no Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2014, ele reconheceu a legitimidade de “desaposentação”, mas criou uma regra que, a seu ver, seria sustentável pela Previdência Social. Sua proposta, agora lembrada por Toninho, não seria adotada de imediato. O Congresso teria seis meses para propor e aprovar uma alternativa. O julgamento continua suspenso desde então.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A mudança na regra da aposentadoria dos professores de educação básica foi defendida pelo Diap e pelo Sinait. Da forma como a medida provisória está redigida, o professor de educação básica terá que trabalhar mais do que os outros trabalhadores se quiser optar pela Fórmula 85/95.

Esse problema não é novo, mas tem uma solução: é a emenda 13, apresentada pelos senadores Paulo Paim (RS), Walter Pinheiro (BA) e Lindbergh Farias (RJ).

() Professora de Geografia, Diretora do Sinpro-SP, da Fepesp, e colaboradora do Diap*

FORMAÇÃO POLÍTICA

O papel estratégico do dirigente sindical na atual conjuntura

*Antônio Augusto de Queiroz**

Os brasileiros, em geral, e os trabalhadores, em particular, conviveram na última década com um ambiente de perspectivas e de esperanças – no qual houve ascensão social, oportunidade escolar crescente, redução das desigualdades – e experimentaram a sensação de terem sido cortejados pelo comércio e pelos bancos, graças ao acesso ao emprego e à renda.

Com a interrupção momentânea desse ciclo, provocada pela estagnação da economia, aquele ambiente no qual o dirigente sindical apresentava-se como protagonista – e sua luta era por aumento real e melhoria de condições de trabalho – tende a ser de resistência, tanto pela investida patronal sobre os direitos trabalhistas, quanto pela necessidade de preservar os empregos.

O dirigente sindical, nessa nova realidade, terá que se comportar, em sua plenitude, como representante. E o representante precisa ter clareza que quando alguém delega a outrem para representá-lo, o faz com base em um programa, exige prestação de contas e alternância no poder sempre que se sente excluído e ameaçado pelas decisões e ações de quem o representa ou lidera.

Nesse novo cenário, a cobrança da base em relação ao dirigente sindical será bem maior, o que exigirá dele legitimidade para o exercício pleno da liderança na adversidade, o que pressupõe não apenas preparo e disposição para o trabalho, mas também humildade para ouvir, dialogar e receber críticas.

Será demandado em duas frentes: nas lutas corporativas, voltadas para o interesse específico da categoria,

como mobilizações, negociações, greves, e nas lutas institucionais, cobrando políticas públicas de proteção aos trabalhadores, cujos direitos estão sob ameaça pela pressão empresarial, pela intensificação do neoliberalismo e também pelo conservadorismo do Congresso Nacional.

Para tanto necessita: a) desenvolver novas habilidades, b) ter consciência plena de seu papel político, c) ter domínio sobre os interesses gerais dos trabalhadores e dos problemas, demandas e reivindicações da base, d) se comunicar com eficiência, e e) liderar pelo exemplo, adotando boas práticas, pautando-se por princípios éticos e ampliando a transparência na entidade.

Os novos tempos também virão acompanhado de novos desafios e um deles, entre outros, será uma maior qualificação para intervir na nova realidade. Por exemplo, voltar a fazer análise de conjuntura será um deles, para não reproduzir a análise da mídia ou dos analistas a serviço do poder econômico.

A propósito, o Diap está concluindo uma cartilha sobre análise de conjuntura para ajudar na leitura da realidade – que passou a ser muito complexa, especialmente pela quantidade excessiva de informações – e na identificação de tendência que possam influenciar positiva (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os interesses e direitos dos trabalhos e de suas entidades representativas.

Por último, registrar que o governo, que antes exercia certo protagonismo na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, embora retoricamente comprometido com sua defesa, perdeu boa parte das condições objetivas de fazê-lo, basicamente por três razões.

A primeira é que não dispõe mais de margem fiscal para atender aos interesses empresariais – via desonerações, renúncias, incentivos creditícios e tributários – como forma de evitar que eles buscassem manter ou ampliar suas margens de lucros sobre os direitos dos trabalhadores.

A segunda é que houve troca na coordenação política do governo e o novo responsável pela relação com o Congresso tenta separar o que é assunto do governo e assunto dos partidos e da sociedade. E as relações de trabalho não estão explicitamente entre os temas de interesse do governo, exceto quando a proposição for de sua iniciativa.

A terceira é que o setor empresarial está representado no governo por ministros empoderados, que representam setores da atividade econômica em suas Pastas, com compromisso explícito com a flexibilização das relações de trabalho. São eles: a) Joaquim Levy, na Fazenda, representa o sistema financeiro privado; b) Katia Abreu, na Agricultura, representa o agronegócio; c) Armando Monteiro, no Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representa o empresariado urbano e industrial; e d) Afif Domingos, na Micro e Pequenas Empresas, representa o comércio e serviços.

Os desafios são grandes, mas o movimento sindical já superou outros momentos de crise e irá superar o atual. O papel dos dirigentes nessa conjuntura é crucial. O momento requer mudança de postura e atitude frente à crise. Quem não se adequar ao novo momento será atropelado pela base.

() jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

CABEÇAS 2015

Diap divulga lista dos cem parlamentares mais influentes

A publicação “Os Cabeças do Congresso”, editada há vinte e dois anos pelo Diap, tem por objetivo identificar os cem parlamentares mais influentes do Poder Legislativo Federal, além de cinquenta que estão em “ascensão”.

Os critérios empregados para identificar os influentes são basicamente três: a) o institucional, ou seja, o posto que ocupa na estrutura da Casa ou no partido, b) o reputacional, ou como é visto por seus colegas e correligionários de partido e região, e c) o decisional, ou como se comporta frente a votações, negociações, articulações etc.

Como regra, o parlamentar se torna influente basicamente por quatro razões:

a) por exercer cargo ou posto de mando como líder, vice-líder, integrar a mesa diretora, presidir comissões, coordenar frentes parlamentares,

b) por pertencer a grupos políticos, em nome dos quais recebe missões relevantes, como relatar matérias importantes, cumprir tarefas partidárias, articular ou negociar em nome do grupo, presidir comissões etc,

c) por representar ou ter vínculo com agentes econômicos e sociais, por força dos quais traz certa legitimidade para agir em nome desses segmentos no interior do Parlamento, e

d) por especialização ou notório saber em determinadas matérias, permitindo-lhe ser referência nesses temas.

As relações de poder são sofisticadas. O poder ou capacidade de influenciar decisões, muitas vezes, não pertence necessariamente ao deputado, senador, prefeito, governador ou mesmo presidente, mas ao grupo ou segmento que o elegeu e lhe dá sustentação. O titular do posto eventualmente dispõe de habilidade para o exercício desse poder. Ou seja, o poder, como regra, pertence mais às forças políticas, sociais ou econômicas que à pessoa escolhida para exercê-lo.

Entretanto, em face das investigações em curso na “Operação Laja Jato”, e considerando que alguns dos influentes poderão ser denunciados pelo Ministério Público, cabe esclarecer que na definição da lista não são considerados critérios ético-morais.

Assim, o fato de ser influente não significa, necessariamente, que utilize sua influência apenas para o bem. Deste modo, embora a maioria absoluta seja formada por parlamentares corretos e honestos, verdadeiramente preocupados com o interesse público e que pautam suas atuações por princípios republicanos, há exceções e entre estas existem alguns que não seguem necessariamente esses princípios, a julgar pelas investigações a cargo do Ministério Público.

Um diagnóstico comum aos que fogem à regra de respeito aos princípios éticos, sendo ou não influente, está relacionado com prática de captação ilegal de recursos financeiros, seja para financiar ou cobrir despesas de campanha, seja para o enriquecimento ilícito. Os custos de campanha, em grande medida, têm sido utilizados como pretexto para esses desvios de conduta.

A publicação, que já se tornou leitura obrigatória de quem acompanha o Congresso, cumpre a relevante função de identificar os parlamentares mais influentes e sinalizar, a partir de seu perfil individual, que interesses defendem no interior do Parlamento.

OS “CABEÇAS” 2015 POR PARTIDO

“Cabeças” 2015	Total	PT	PSDB	PMDB	PSB	DEM	PCdoB	PP	PTB	PDT	PR	PSol	SD	PPS	PSC	PV	PSD	Pros	PRB
Deputados (as)	62	14	7	4	5	5	5	3	3	1	2	2	3	2	2	1	1	1	1
Senadores (as)	38	10	7	8	3	2	1	2	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	24	14	12	8	7	6	5	4	3	3	3	3	2	2	1	1	1	1

LISTA DOS "CABEÇAS" 2015 POR ESTADO

Mandato	Nome	Partido	Profissão	Habilidade
ACRE				
Senador	Jorge Viana	PT	Engenheiro Florestal	Articulador
DEPUTADO	SIBÁ MACHADO	PT	GEÓGRAFO	DEBATEDOR
ALAGOAS				
Senador	Fernando Collor	PTB	Empresário	Formador de Opinião
DEPUTADO	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	SERVIDOR PÚBLICO	ARTICULADOR
Senador	Renan Calheiros	PMDB	Produtor Rural	Articulador
AMAPÁ				
SENADOR	JOÃO CAPIPERIBE	PSB	ZOOTECNISTA	DEBATEDOR
Senador	Randolfe Rodrigues	PSol	Professor	Debatedor
AMAZONAS				
Deputado	Pauderney Avelino	DEM	Empresário	Debatedor
Senadora	Vanessa Grazziotin	PCdoB	Professora	Debatedora
BAHIA				
DEPUTADO	AFONSO FLORENCE	PT	PROFESSOR	DEBATEDOR
Deputada	Alice Portugal	PCdoB	Farmacêutica Bioquímica	Negociadora
DEPUTADO	ARTHUR MAIA	SD	ADVOGADO	FORMULADOR
Deputado	Daniel Almeida	PCdoB	Industriário	Articulador
DEPUTADO	JORGE SOLLA	PT	MEDICO	DEBATEDOR
DEPUTADO	JOSÉ CARLOS ALELUIA	DEM	ENGENHEIRO ELÉTRICO	FORMULADOR
SENADORA	LÍDICE DA MATA	PSB	ECONOMISTA	ARTICULADORA
Senador	Walter Pinheiro	PT	Técnico em Telecomunicações	Formulador
CEARÁ				
Deputado	André Figueiredo	PDT	Advogado	Negociador
Senador	Eunício Oliveira	PMDB	Empresário	Negociador
Deputado	José Guimarães	PT	Advogado	Negociador
Senador	José Pimentel	PT	Bancário	Articulador
SENADOR	TASSO JEREISSATI	PSDB	EMPRESÁRIO	FORMULADOR
DISTRITO FEDERAL				
Senador	Cristovam Buarque	PDT	Professor	Debatedor
DEPUTADA	ERIKA KOKAY	PT	BANCÁRIA	DEBATEDORA
DEPUTADO	ROGÉRIO ROSSO	PSD	ADVOGADO	NEGOCIADOR
ESPÍRITO SANTO				
SENADOR	RICARDO FERRAÇO	PMDB	EMPRESÁRIO	DEBATEDOR
SENADORA	ROSE DE FREITAS	PMDB	JORNALISTA	ARTICULADORA
GOIÁS				
Deputado	Jovair Arantes	PTB	Empresário	Articulador
Senador	Ronaldo Caiado	DEM	Empresário Rural	Debatedor
MARANHÃO				
Deputado	Sarney Filho	PV	Empresário	Formulador
MATO GROSSO				
SENADOR	BLAIRO MAGGI	PR	EMPRESÁRIO	ARTICULADOR
DEPUTADO	NILSON LEITÃO	PSDB	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	DEBATEDOR
MATO GROSSO DO SUL				
Senador	Delcídio do Amaral	PT	Engenheiro Eletricista	Negociador
SENADOR	WALDEMIR MOKA	PMDB	MEDICO	ARTICULADOR
MINAS GERAIS				
Senador	Aécio Neves	PSDB	Economista	Formador de Opinião
SENADOR	ANTONIO ANASTASIA	PSDB	ADVOGADO	FORMULADOR
Deputado	Domingos Sávio	PSDB	Médico Veterinário	Debatedor
DEPUTADO	JULIO DELGADO	PSB	ADVOGADO	ARTICULADOR
Deputado	Lincoln Portela	PR	Radialista	Articulador
DEPUTADO	MARCUS PESTANA	PSDB	ECONOMISTA	DEBATEDOR
Deputado	Paulo Abi-Ackel	PSDB	Advogado	Articulador
PARÁ				
SENADOR	PAULO ROCHA	PT	TÉCNICO EM ARTES GRÁFICAS	ARTICULADOR
PARAÍBA				
Senador	Cássio Cunha Lima	PSDB	Advogado	Debatedor
DEPUTADO	MANOEL JUNIOR	PMDB	MÉDICO	FORMULADOR
PARANÁ				
DEPUTADO	ALEX CANZIANI	PTB	REGISTRADOR DE IMÓVEIS	ARTICULADOR

Mandato	Nome	Partido	Profissão	Habilidade
Senador	Alvaro Dias	PSDB	Professor	Debatedor
Senadora	Gleisi Hoffmann	PT	Advogada	Debatedora
Deputado	Luiz Carlos Haully	PSDB	Economista	Formulador
DEPUTADO	RICARDO BARROS	PP	EMPRESÁRIO	FORMULADOR
Senador	Roberto Requião	PMDB	Advogado	Debatedor
Deputado	Rubens Bueno	PPS	Professor	Debatedor
PERNAMBUCO				
Deputado	Bruno Araújo	PSDB	Empresário	Debatedor
Deputado	Eduardo da Fonte	PP	Empresário	Articulador
DEPUTADO	FERNANDO COELHO FILHO	PSB	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	ARTICULADOR
Senador	Humberto Costa	PT	Médico	Debatedor
DEPUTADA	LUCIANA SANTOS	PCdoB	ENGENHEIRA ELÉTRICA	ARTICULADORA
Deputado	Mendonça Filho	DEM	Empresário	Debatedor
Deputado	Sílvio Costa	PSC	Empresário	Debatedor
DEPUTADO	TADEU ALENCAR	PSB	PROCURADOR DA FAZENDA	FORMULADOR
PIAUI				
Senador	Ciro Nogueira	PP	Advogado	Articulador
RIO DE JANEIRO				
Deputado	Alessandro Molon	PT	Advogado	Debatedor
Deputado	Chico Alencar	PSol	Professor	Debatedor
Deputado	Eduardo Cunha	PMDB	Economista	Articulador
DEPUTADO	GLAUBER BRAGA	PSB	ADVOGADO	DEBATEDOR
Deputada	Jandira Feghali	PCdoB	Médica	Debatedora
DEPUTADO	JULIO LOPES	PP	EMPRESÁRIO	FORMULADOR
DEPUTADO	LEONARDO PICCIANI	PMDB	EMPRESÁRIO	ARTICULADOR
Senador	Lindberg Farias	PT	Agente Público	Debatedor
Deputado	Miro Teixeira	PROS	Jornalista	Debatedor
Deputado	Rodrigo Maia	DEM	Bancário	Articulador
RIO GRANDE DO NORTE				
SENADORA	FÁTIMA BEZERRA	PT	PROFESSORA	FORMULADORA
Senador	José Agripino Maia	DEM	Empresário	Debatedor
RIO GRANDE DO SUL				
Senadora	Ana Amélia	PP	Jornalista	Debatedora
Deputado	Darcísio Perondi	PMDB	Médico	Debatedor
Deputado	Henrique Fontana	PT	Médico	Negociador
Deputado	Marco Maia	PT	Metalúrgico	Articulador
DEPUTADA	MARIA DO ROSÁRIO	PT	PROFESSORA	DEBATEDORA
Deputado	Onyx Lorenzoni	DEM	Empresário	Debatedor
Senador	Paulo Paim	PT	Metalúrgico	Formulador
RONDÔNIA				
SENADOR	ACIR GURGACZ	PDT	EMPRESÁRIO	NEGOCIADOR
Senador	Valdir Raupp	PMDB	Administrador de Empresas	Articulador
RORAIMA				
Senador	Romero Jucá	PMDB	Economista	Formulador
SANTA CATARINA				
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA				
SÃO PAULO				
Senador	Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	Advogado	Formulador
Deputado	Arlindo Chinaglia	PT	Médico	Articulador
Deputado	Arnaldo Faria de Sá	PTB	Contabilista	Debatedor
Deputado	Carlos Sampaio	PSDB	Promotor de Justiça	Debatedor
Deputado	Carlos Zarattini	PT	Economista	Formulador
DEPUTADO	CELSO RUSSOMANO	PRB	EMPRESÁRIO	NEGOCIADOR
Deputado	Ivan Valente	PSol	Professor	Debatedor
SENADOR	JOSE SERRA	PSDB	ECONOMISTA	FORMULADOR
Deputada	Luiza Erundina	PSB	Assistente Social	Articuladora
DEPUTADO	ORLANDO SILVA	PCdoB	PROFESSOR	DEBATEDOR
Deputado	Paulo Pereira da Silva	SD	Metalúrgico	Formulador
Deputado	Paulo Teixeira	PT	Advogado	Debatedor
Deputado	Roberto Freire	PPS	Advogado	Debatedor
DEPUTADO	VICENTE CÂNDIDO	PT	ADVOGADO	ARTICULADOR
Deputado	Vicentinho	PT	Metalúrgico	Articulador
SERGIPE				
DEPUTADO	ANDRE MOURA	PSC	ADMINISTRADOR	ARTICULADOR
Senador	Antônio Carlos Valadares	PSB	Advogado	Articulador
DEPUTADO	LAÉRCIO OLIVEIRA	SD	EMPRESÁRIO	FORMULADOR
TOCANTINS				
SEM REPRESENTAÇÃO NA LISTA				
*Deputados (62) - Senadores (38)				
**Observação: Os deputados e senadores em negrito, caixa alta e itálico são os novos "Cabeças" 2015				

Parlamentares em “Ascensão” 2015 por Estado

ACRE

Não possui parlamentar em “ascensão”
nessa edição

ALAGOAS

DEPUTADO ARTHUR LIRA (PP)

Deputado Givaldo Carimbão (PROS)

AMAPÁ

Não possui parlamentar em “ascensão”
nessa edição

AMAZONAS

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB)

BAHIA

DEPUTADO BEBETO (PSB)
DEPUTADO CLAUDIO CAJADO (DEM)
**DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA
(PMDB)**

CEARÁ

Deputado Danilo Forte (PMDB)
DEPUTADO DOMINGOS NETO (PROS)

DISTRITO FEDERAL

**DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO
(SD)**
DEPUTADO IZALCI (PSDB)

ESPÍRITO SANTO

Deputado Lelo Coimbra (PMDB)

GOIÁS

DEPUTADO JOÃO CAMPOS (PSDB)

MARANHÃO

DEPUTADO WEVERTON ROCHA (PDT)

MATO GROSSO

DEPUTADO SÁGUAS MORAES (PT)

MATO GROSSO DO SUL

Deputado Mandetta (DEM)

MINAS GERAIS

Deputada Jô Moraes (PCdoB)
**DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO
(PMDB)**
DEPUTADO MARCELO ARO (PHS)
Deputado Reginaldo Lopes (PT)

PARÁ

Deputado Arnaldo Jordy (PPS)
**DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES
(PSOL)**

PARAÍBA

Deputado Efraim Filho (DEM)
DEPUTADO HUGO MOTTA (PMDB)
Deputado Wellington Roberto (PR)

PARANÁ

Não possui parlamentar em “ascensão”
nessa edição

PERNAMBUCO

**DEPUTADO JARBAS VASCONCELOS
(PMDB)**
DEPUTADO JORGE CORTE REAL (PTB)
Deputado Wolney Queiroz (PDT)

PIAUI

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES (PSB)
DEPUTADO JÚLIO CÉSAR (PSD)
Deputado Marcelo Castro (PMDB)

RIO DE JANEIRO

**DEPUTADA CLARISSA GAROTINHO
(PR)**

DEPUTADA CRISTIANE BRASIL (PTB)
DEPUTADO INDIO DA COSTA (PSD)
Deputado Jean Wyllys (PSol)
DEPUTADO OTAVIO LEITE (PSDB)
DEPUTADA SORAYA SANTOS (PMDB)
SENADOR ROMÁRIO (PSB)

RIO GRANDE DO NORTE

Não possui parlamentar em “ascensão”
nessa edição

RIO GRANDE DO SUL

**DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO
(PTB)**
Deputado Nelson Marchezan Júnior
(PSDB)
Deputado Paulo Pimenta (PT)

RONDÔNIA

DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO (PDT)

RORAIMA

SENADOR TELMÁRIO MOTA (PDT)

SANTA CATARINA

Deputado Décio Lima (PT)
DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB)

SÃO PAULO

DEPUTADO BETO MANSUR (PRB)
DEPUTADO ELI CORRÊA FILHO (DEM)
**DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO
(PSC)**
DEPUTADA MARA GABRILLI (PSDB)

SERGIPE

SENADOR EDUARDO AMORIM (PSC)

TOCANTINS

DEPUTADO IRAJÁ ABREU (PSD)

Observação: os 34 parlamentares em negrito, caixa alta e itálico entraram no grupo em “Ascensão” em 2015

CONJUNTURA

Agenda Brasil, Pauta da Virada e superação da crise

André Santos*

A Agenda Brasil promete movimentar o Senado Federal neste semestre. Dividida em quatro eixos - melhoria do ambiente de negócios, equilíbrio fiscal, proteção social e reforma administrativa e do Estado -, as proposições relacionadas à Agenda serão debatidas e apreciadas na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

A Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional – CEDN, criada para debater a Agenda Brasil, tem como presidente o senador Otto Alencar (PSD-BA), e como relator o senador Blairo Maggi (PR-MT). O colegiado conta ainda com o primeiro vice-presidente, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Durante a reunião para definir o cronograma da comissão, o relator declarou que irá compartilhar as relatorias com os demais membros da comissão, por meio de sub-relatorias, assim como já havia sido sugerido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Para Maggi, o objetivo é explorar o conhecimento dos colegas nos diversos temas que serão abordados na comissão.

Além dos senadores que fazem parte da comissão, o presidente do Senado convidou especialistas para debater e apresentar sugestões aos temas que compõem a Agenda Brasil. Entre os convidados estão os economistas Mailson da Nóbrega e Delfim Neto.

Outro colegiado contribuirá nos debates sobre os temas da agenda, este com foco no Estado brasileiro. Calheiros anunciou a criação de uma comissão permanente formada por juristas com objetivo de propor medidas que desburocratizem a Administração Pública e melhorem a relação com as empresas e o trato com os cidadãos.

Dentro do eixo de Melhoria do Ambiente de Negócios e Infraestrutura, o grupo será presidido pelo juiz Mauro Campbell Marques, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os integrantes são Paulo Rabello de Castro, Ives Gandra Martins, Eumar Roberto Novacki, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Otávio Luiz Rodrigues Júnior, Aristóteles de Queiroz Câmara e Mary Elbe Queiroz.

PAUTA DA VIRADA

Com objetivo de contribuir com a Agenda Brasil e provocar um diálogo entre as duas Casas Legislativas (Câmara e Senado), alguns partidos com representação na Câmara lançaram um documento com contribuições para que o país possa superar a crise e retomar o crescimento econômico. O documento foi batizado de Pauta da Virada.

A Agenda Brasil e a Pauta da Virada possuem pautas comuns, entretanto, com abordagens divergentes.

Um bom exemplo diz respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Enquanto na Agenda Brasil propõe-se a terceirização e a instituição da idade mínima na aposentadoria, na Pauta da Virada sugere-se a adoção de medidas para a garantia do emprego, dos direitos dos trabalhadores e do poder aquisitivo dos trabalhadores e aposentados.

A Pauta da Virada aborda também questões relativas aos direitos humanos, como o combate à violência contra a mulher, à intolerância e ao preconceito religioso. A garantia ao direito de resposta, a democratização dos meios de comunicação, além da previsão de recursos para a reforma agrária são outros temas integrantes dessa Pauta.

Para elaboração de uma política tributária, as lideranças na Câmara sugerem o aumento da progressividade da cobrança de impostos. Isto significa cobrar mais de quem ganha mais. Para os idealizadores da Pauta da Virada, é preciso diminuir a tributação de bens e serviços, que afeta os mais pobres, e taxar a transmissão de heranças, as grandes fortunas e as remessas de lucros para o exterior.

A Pauta da Virada foi elaborada pelas seguintes lideranças na Câmara: PCdoB, PT, PRB, PP, PR, PPS, PSD, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PMN, PTC, PTdoB e PTN. A definição da pauta teve como referência projetos de lei que já tramitam na Câmara, mas sobre alguns temas será necessário elaborar novas proposições em concordância com o Executivo e com as presidências das duas Casas Legislativas.

Agenda Brasil e seus quatro eixos

Melhoria do Ambiente de Negócios e Infraestrutura

1. Vedação de medidas provisórias que versem sobre matéria contratual causando insegurança jurídica.

- PEC 111/15 – do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

2. Aperfeiçoar marco regulatório das concessões, para facilitar investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística.

- PLS 203/14 – do Senador Paulo Paim (PT-RS)
- PLS 444/13 – do Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

3. Rever o ambiente institucional, marco legal e estrutura de incentivos à inovação, desenvolvimento científico e tecnológico.

- PLC 77/15 – do Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE)
- PLS 547/11 – do Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
- PLS 619/11 – do Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

4. Revisão e implementação de marco jurídico do setor de mineração.

- PEC 53/14 – da Comissão de Serviços e Infraestrutura
- PLS 1/13 – do Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

5. Celeridade e simplificação para o licenciamento ambiental de obras estruturantes. Revisão da legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, unidades de conservação, áreas protegidas e cidades históricas.

- PLS 77/15 – do Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
- PLS 341/13 – do Senador Benedito de Lira (PP-AL)
- PEC 65/12 – do Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

6. Expandir a possibilidade de firmar acordos bilaterais e multilaterais. Estímulo às exportações, incluindo antecipação das alíquotas do Reintegra e facilitação aduaneira. Garantir crédito à exportação. Aprimorar marco legal das Zonas de Pro-

cessamento da Exportação, incluindo modelo de exportação de serviços. Fortalecer fundos garantidores do comércio exterior. Promoção e defesa comercial.

- PLS 136/15 – da Senadora Lúcia Vânia (Sem partido-GO)
- PLS 137/14 – do Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
- PLS 374/11 – do Senador Wilson Santiago (PMDB-PB)
- SCD 1/14 – da Câmara dos Deputados

7. Modernizar a legislação referente à aquisição de terras por estrangeiros e compatibilizar a atividade produtiva e comercial em terras indígenas.

- PEC 71/11 – do Senador Wilson Santiago (PMDB-PB)

8. Eliminação de vistos turísticos para mercados estratégicos.

9. Desburocratizar as relações do Estado com o cidadão e empresas.

- PLS 214/14 – do Senador Armando Monteiro (PTB-PE)
- PLS 35/14 – do Senador Magno Malta (PR-ES)
- PLS 252/15 – do Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)

10. Readequação das estruturas administrativas. Redução do número de ministérios. Implantação do modelo de administração pública gerencial, com metas e indicadores de resultados. Gestão pública eficiente e controle. Lei de Responsabilidade Social.

- PEC 110/15 – do Senador Aécio Neves (PSDB-MG)
- PLS 257/14 – do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

11. Reforma das Agências Reguladoras com foco na independência e efetiva capacidade de regular áreas estratégicas, permitindo a Avaliação de Impacto Regulatório.

- PLS 140/13 – do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
- PEC 11/09 – do Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
- PLS 241/15 – do Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

12. Revisão do marco regulatório e do modelo de administração dos Fundos de Pensão.

- PLS 388/15 – do Paulo Bauer (PSDB-SC)

13. Favorecer o ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas. Ampliar oportunidades produtivas.

- PLS 104/15 – do Senador José Agripino (DEM-RN)
- PLS 103/15 – do Senador José Agripino (DEM-RN)
- PLS 253/15 – do Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
- PLS 336/13 – do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
- PLS 376/08 – do Senador Paulo Paim (PT-RS)

Equilíbrio Fiscal

1. Implantar a Instituição Fiscal Independente no Legislativo; regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na LRF; favorecer desvinculação da receita orçamentária, dando maior flexibilidade ao gasto público. Solução para o contencioso administrativo e restos a pagar.

- PEC 83/15 – do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
- PLS 141/14 – do Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
- PLS 37/14 – da Senadora Lúcia Vânia (Sem Partido-GO)
- PLS 424/13 – do Senador Fernando Collor (PTB-AL)
- PLS 229/09 – do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
- PLS 351/13 – do Senador Pedro Taques (PDT-MT)
- PEC 51/12 – do Senador Lobão Filho (PMDB-MA)
- PLS 175/09 – do Senador Raimundo Colombo (PSD-SC)

2. Venda de ativos patrimoniais da União, inclusive dos terrenos de Marinha, edificações e imóveis obsoletos.

- PEC 50/15 – do Senador Romero Jucá (PMDB-PR)
- PEC 53/07 – do Senador Almeida Lima (PMDB-SE)
- PEC 56/09 – do Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
- PEC 71/13 – do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
- PLS 256/11 – do Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

3. Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais.

- PLS 238/09 – do Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
- PLS 420/14 – do Senador José Sarney (PMDB-AP)

4. Vedação de transferência de qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, Municípios e DF sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. Convergência de alíquotas do ICMS. Convalidação dos benefícios fiscais concedidos. Desenvolvimento regional em todas regiões.

- PRS 1/13 – da Presidente da República

- PEC 84/15 – da Senadora Ana Amélia (PP-RS)
- PEC 172/12 – do Deputado Mendonça Filho (DEM-PE)
- PEC 41/14 – do Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

5. Reforma do PIS/COFINS. Revisar o teto da alíquota do imposto sobre herança. Simplificar e racionalizar o sistema tributário.

6. Incentivar a repatriação de ativos financeiros no exterior.

- PLS 298/15 – do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

7. Modernização da Lei de Licitações, com a necessária atualização dos valores das alçadas.

• PLS 559/13 – da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos

8. Definir idade mínima para aposentadoria, bem como rever o marco regulatório da Previdência, tornando-a social e atuarialmente mais justa.

- PEC 10/08 – do Senador Paulo Paim (PT-RS)
- MPV 676/15 – da Presidente da República

9. Elaborar proposta para reajuste salarial planejado dos servidores dos três Poderes.

• PLS 397/2015 – do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG)

10. Fixar limites para as dívidas líquida e bruta da União.

- PLS 229/09 – do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
- PRS 84/07 – da Comissão de Assuntos Sociais
- PLS 175/09 – do Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)

11. Fixar prazo para que os bancos liberem os valores referentes aos depósitos judiciais e administrativos, nos termos da Lei Complementar 151/15.

- PLS 183/15 – do Senador José Serra (PSDB-SP)
- MPV 685/15 – da Presidente da República

Proteção Social

1. Definir as responsabilidades e o papel supletivo e redistributivo da União, dos Estados e Municípios, no âmbito da Educação, regulamentando o Artigo 23 da Constituição Federal. Criar o Sistema Nacional de Educação-SNE e assegurar consistência fiscal ao financiamento da educação; implementar o Plano Nacional de Educação nas três instâncias federativas; oportunidades educacionais e de qualificação profissional.

- PLS 164/14 – do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
- PEC 53/13 – do Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
- PEC 34/14 – do Senador Ruben Figueiró (PSDB-MS)
- PEC 36/11 – do Senador Humberto Costa (PT-PE)
- PLS 313/11 – do Senador Paulo Davim (PV-RN)
- PLS 163/14 – do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

2. Condicionar benefícios fiscais e acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos, assim como redução das desigualdades regionais. Incluir esses critérios na LDO e no PPA. Dar segurança jurídica e institucional aos trabalhadores terceirizados e às empresas.

- MPV 680/15 – da Presidente da República
- PLC 30/15 – do Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO)
- PLS 300/15 – do Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
- PLS 422/12 – do Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
- PLS 87/10 – do Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

3. Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Regular o ressarcimento pelos planos de saúde dos atendimentos realizados pelo SUS aos seus associados. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam tratamentos onerosos ou não homologados pelo SUS.

- PEC 46/13 – do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
- PLS 485/15 – do Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)
- PLS 308/15 – da Senadora Marta Suplicy (Sem Partido/SP)
- PLS 147/15 – do Senador Otto Alencar (PSD-BA)
- PLS 189/14 – do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
- PLS 303/13 – do Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

4. Revisão e redistribuição das atribuições da União e dos Estados na questão da segurança pública e do sistema prisional. Lei de Execução Penal.

- PLS 513/11 – do Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
- PEC 33/14 – do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

- PEC 24/12 – do Senador João Capiberibe (PSB-AP)
- PEC 26/12 – da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
- PLS 25/14 – da Senadora Ana Amélia (PP-RS)
- PLS 72/14 – do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
- PLS 73/14 – do Senador Paulo Davim (PV-RN)

Reforma administrativa e do Estado

1. Reduzir ministérios e estatais, com diminuição de cargos comissionados e estruturas administrativas obsoletas.

2. Reformar as agências reguladoras, com foco na independência e efetiva capacidade de regular adequadamente áreas estratégicas como infraestrutura, logística, energia e comunicações.

- PEC 11/2009 – do Senador Marcone Perillo (PSDB-GO)

3. Regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- PLS 141/2014 – do Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
- 4. Implantar modelo de administração pública gerencial, com metas e indicadores de resultado. Favorecer a formação dos gestores públicos alinhados com um padrão mais eficiente de gestão.**

- PLS 555/2015 – da Comissão Mista
- PLP 248/1998 – do Poder Executivo
- PLP 1/2007 – do Poder Executivo

5. Revisar o marco regulatório e o modelo de administração dos fundos de pensão como forma de preservar a poupança interna do país.

- PLS 388/2015 – do Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

6. Priorizar um amplo processo de simplificação da relação do Estado com o cidadão e os empresários, com base no Super Simples, desburocratizando procedimento.

- PLC 125/2015 – do Deputado Barboza Neto (PDT-PR)

PAUTA DA VIRADA

Políticas Monetária e Fiscal

Adotar medidas para a redução dos juros e de manutenção do câmbio em patamares que assegurem a competitividade da produção nacional.

Ampliar recursos para saúde, educação e pesquisa científica, com criação de novas fontes de recursos e garantia de não-contingenciamento do orçamento dessas políticas.

Adotar medidas para a realização de receitas não-tributárias, como a securitização da dívida ativa da União, estados e municípios; e a repatriação de ativos financeiros. Em relação a esse último ponto, é importante que a destinação dos recursos priorize gastos em educação.

Desenvolvimento Produtivo

Adotar políticas voltadas para o aumento de competitividade, produtividade, com foco na absorção de tecnologia; redução do custo de financiamento.

Ampliação da exigência de conteúdo nacional e do incentivo à expansão, diversificação, fortalecimento e integração das cadeias produtivas internas.

Ampliar as políticas de conteúdo local, com maior ênfase no apoio a capacitação dos fornecedores e sua inserção em atividades de maior conteúdo tecnológico.

Adotar políticas específicas para as cadeias produtivas em formação ou expansão no Brasil, particularmente para os segmentos industriais de defesa, óleo e gás, transportes ferroviários e energias renováveis.

Reconhecer o SUS como uma importante área de desenvolvimento tecnológico e de formação de uma cadeia produtiva para a indústria nacional de equipamentos médicos e hospitalares e de insumos.

Ampliar as políticas de apoio à exportação das grandes empresas dos setores de eletrônica e outros de alta tecnologia, bem como a internacionalização das marcas.

Apoiar as medidas em defesa da Petrobras e da engenharia nacional.

Aprovar medidas para o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Desenvolvimento Regional

Aprovar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional II.

Implementar políticas de desenvolvimento do turismo.

Políticas Tributárias

Adotar medidas para ampliar a progressividade da tributação, reduzindo a tributação sobre o consumo e sobre a circulação de bens e serviços e aumentando a tributação progressiva sobre patrimônio: grandes fortunas, heranças, a grande propriedade urbana e rural, o setor financeiro e as remessas de lucros e reservas ao exterior.

Adotar medidas para simplificar obrigações tributárias e facilitar a pronta recuperação dos créditos tributários.

Reforma Política

Adotar medidas para a democratização do processo eleitoral e redução de custos das campanhas.

Pacto Federativo

Aprovar medidas para o aperfeiçoamento e uma repactuação mais justa de receitas, obrigações e responsabilidades do Pacto Federativo.

Combate à Corrupção

Aperfeiçoar a legislação anticorrupção: tipificação de crime de enriquecimento ilícito (PL 5586/2005); e medida cautelar sobre indisponibilidade de bens, direitos e valores (PL 2902/2011).

Mudar a legislação relativa à criminalização da sonegação, tornando-a mais rigorosa e abrangente.

Direitos dos Trabalhadores

Adotar medidas para a garantia do emprego, dos direitos dos trabalhadores e do poder aquisitivo dos trabalhadores e aposentados.

Direitos Civis

Adotar medidas que combatam a violência contra a mulher, a intolerância, o preconceito e que assegurem a liberdade religiosa.

Garantir o direito de resposta e o aperfeiçoamento da legislação sobre meios de comunicação com medidas efetivas contra concentração econômica (monopólio e o oligopólio).

Ampliar o orçamento da cultura. Garantir a diversidade cultural regional e a produção local.

Adotar medidas para a política de ressocialização do sistema penitenciário.

Aprovar medidas para o acesso universal às redes de comunicação de dados a baixo custo pra o usuário.

Setor Público

Apoiar os projetos relacionados à desburocratização e à simplificação da relação do Estado com o cidadão e o setor produtivo.

Aprovar mudanças na legislação de licitações e contratos para aperfeiçoamento das regras e dos instrumentos de controle, transparência e eficiência.

Defender a construção, por parte do poder executivo, de políticas para as carreiras e remuneração dos servidores públicos.

Questões urbanas e reforma agrária

Adotar medidas efetivas que assegurem políticas e recursos para melhoria da mobilidade, construção de moradias, saneamento básico.

Aprovar medidas para a modernização e adequação do Código Brasileiro de Trânsito.

Garantir orçamento para Reforma Agrária. Assegurar condições para assentar todos os acampados, como também viabilizar condições de produção e de acesso aos serviços públicos.

(*) Assessor parlamentar do Diap

PAUTA TRABALHISTA

DIAP lança Agenda Legislativa dos Trabalhadores 2015

*Celso Napolitano**

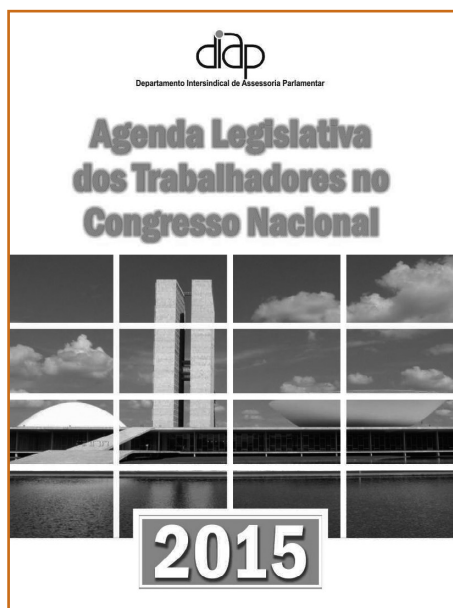
Após o sucesso das duas primeiras edições, o DIAP tem a satisfação de lançar o terceiro número da série “Agenda Legislativa dos Trabalhadores no Congresso”, relativo ao ano de 2015, que reúne os principais projetos de interesse dos assalariados: trabalhadores do setor privado, servidores públicos, aposentados e pensionistas.

O objetivo da Agenda Legislativa dos Trabalhadores de 2015, como não poderia deixar de ser, é alertar e despertar os trabalhadores, os militantes, as lideranças sindicais e todos que vivem de seu trabalho, a cobrarem dos governantes, a adoção de políticas públicas que valorizem aqueles que são os verdadeiros responsáveis pela geração da riqueza no País.

A divulgação de projetos de lei com repercussão na vida das pessoas e das empresas é uma prática comum e saudável em países democráticos. No Brasil, várias organizações divulgam os temas de seu interesse sob exame no Poder Legislativo, tanto ONGs, como o Cfemea e o Inesc, quanto entidades de caráter associativo, como a Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

No setor empresarial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), de forma transparente, divulga não apenas os projetos de seu interesse, como também o posicionamento da entidade frente à matéria. Todos os anos são eleitas as proposições de interesse do empresariado, em geral, e da indústria, em particular, as quais são reunidas na já tradicional “Agenda Legislativa da Indústria”.

A edição da Agenda dos Trabalhadores de 2015, em face da conjuntura francamente desfavorável aos trabalhadores, tem importância especial porque



informa aos trabalhadores as principais ameaças e oportunidades em relação aos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários.

O Congresso que tomou posse em fevereiro, renovado em quase 50%, veio mais conservador, do ponto de vista social; mais liberal, do ponto de vista econômico; e mais atrasado em relação às questões ambientais e de direitos humanos.

O valor da publicação está exatamente no fato de proporcionar ao movimento sindical, aos trabalhadores e suas lideranças, de forma organizada, uma visão precisa dos temas em debate no mundo do trabalho, previdenciário e sindical, além de possibilitar ação efetiva sobre o destino dessas iniciativas.

Sabemos que na democracia as decisões governamentais são políticas e dependem da correlação de forças. Um dos pressupostos para fazer a disputa é o conhecimento, que leva à mobilização e que, por sua vez, provoca a pressão sobre os tomadores de decisões.

O conhecimento das matérias em debate, combinado com um plano de ação e muita mobilização, foi fundamental e produziu resultados positivos, como no caso das conquistas da classe trabalhadora durante a Constituinte. Nas legislaturas anteriores à atual, também graças à unidade de ação das centrais sindicais, foram evitados grandes retrocessos, como a flexibilização da CLT, a transformação do trabalhador em pessoa jurídica, como pretendia a chamada Emenda 3 ao projeto de lei que criou a Super-Receita, e a própria tentativa de terceirização em bases precarizantes.

Na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2015, entretanto, a correlação de forças mudou e os riscos são enormes, a começar pela aprovação na Câmara do PL 4330/2014 que, simultaneamente: 1) permite a terceirização de qualquer área da empresa, inclusive na atividade-fim; 2) autoriza a pejetização, ou seja, a contratação do serviço e não de um empregado; 3) permite a subcontratação ou quarteirização; e 4) dificulta a representação sindical, ao prever a figura da empresa especializada em prestação de serviços.

No Congresso Nacional, a bancada sindical encolheu, enquanto o setor empresarial está representado por uma bancada numerosa e coesa, que atuará em favor de sua pauta, que inclui desde temas tributários, passando por inovação até desregulamentação da economia e das relações de trabalho. Os trabalhadores e suas entidades devem se contrapor à investida sobre os direitos trabalhistas e pressionar por avanços sociais.

Que a leitura da Agenda Legislativa dos Trabalhadores 2015 no Congresso leve à ação.

() Presidente do DIAP*